



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Vereadores
Nova Aurora

Emenda Nº 004/2023 – Aditiva – de 23 de outubro de 2023.

Referência: Projeto de Lei Nº. 080/2023, de 04 de outubro de 2023, que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a ceder bens imóveis de sua propriedade para habitação de interesse social, às famílias de baixa renda, e dá outras providências”

Adiciona ao Artigo 2º do referido projeto de lei em epígrafe a seguinte redação:

Art. 2º - (...)

§1º- Decorrido o prazo mínimo de 3 (três) anos e não havendo sido iniciada as obras do prédio residencial, e havendo motivada justificativa do beneficiário, prorroga-se o prazo por mais 2 (dois) ano.

§2º- Decorrido os prazos estabelecidos no §1º do caput deste Artigo, e não houver iniciada obras, o imóvel cedido reverterá ao Município sem que o cessionário tenha direito a eventuais indenizações.

§3º- Decorrido os prazos estabelecidos no §2º do caput deste Artigo obedecerá aos seguintes critérios:

I- Se o beneficiário não estabelecer residência no local o imóvel poderá ser revertido ao Município e o cessionário terá direito a eventuais indenizações por benfeitorias realizadas.

II- Em caso de falecimento do beneficiário o direito de cessão passará a seus herdeiros que deverá atender aos seguintes critérios:

- a) Enquadrar nos critérios estabelecidos pelo Art. 4º desta lei;**
- b) Notificar formalmente o Município quem receberá a cessão de direito do bem do espólio no prazo máximo de 6 (seis) meses.**
- c) Se os herdeiros não manifestar interesse no direito de cessão no prazo estabelecido na Alínea “b”, sob pena o bem imóvel cedido será revertido ao Município sem que haja direito a eventuais indenizações por benfeitorias realizadas.**



Estado de Goiás
Câmara Municipal de Vereadores
Nova Aurora

§4º- Em caso de falecimento do beneficiário e seus herdeiros não enquadrarem nos critérios estabelecidos no Inciso II, do §3, ou manifestar desinteresse no direito de cessão, o bem imóvel cedido será revertido ao Município e haverá direito a eventuais indenizações por benfeitorias realizadas.

Justificativa

Justifica-se a presente proposta, tendo em vista a necessidade de adoção de medidas mais justas na regulamentação da cessão de bens a particulares, de modo que o procedimento evite prejuízos tanto ao erário público quanto ao interesse particular.

Sala das Sessões da Câmara, 23 de outubro de 2023.

Alcil Pires dos Santos

Vereador/Proponente